

# RESILIÊNCIA E CONJUGALIDADE

Mônica Maria Costa Morais Pereira [Pereira, MMCM]

Universidade de Taubaté [UNITAU]

Email: monica.psic@terra.com.br

## Resumo

A família moderna tem passado por profundas transformações exigindo um olhar dedicado à intimidade da relação conjugal; compreender as mudanças para a sua ruptura ao longo do tempo. O estudo da psicologia vem afirmar que os psicólogos contemporâneos necessitam de uma visão mais aberta e apreciativa dos potenciais das motivações e das capacidades humanas. Buscar transformar velhas questões em novas possibilidades de compreensão de fenômenos psicológicos como felicidade, otimismo, altruísmo, esperança, alegria, satisfação, como também quanto a depressão, ansiedade, angústia e agressividade. Considerando-a como núcleo da estruturação familiar e esta como base de toda sociedade e sendo, portanto, matriz de todo o desenvolvimento humano, na medida em que é promotora e organizadora de grande parte da vida afetiva, social e econômica de seus membros, é um sistema que constrói suas próprias dinâmicas relacionais, determinadas pelas questões históricas, econômicas e sociais nas quais está inserida, transformando a realidade e sendo transformada pela mesma. A conjugalidade acontecendo cada vez mais tardiamente, o reduzido número de filhos, a supervalorização da paixão como principal força propulsora na manutenção dos vínculos, a idealização dos sentimentos, a apologia à individualidade, as alterações na Lei do divórcio, a emancipação da mulher, controle de reprodução, a longevidade e tantos outros, que com seu efeito vêm tornando as relações descartáveis trazendo muitas indefinições nos caminhos a serem escolhidos. A resiliência caracteriza-se pela capacidade do ser humano responder às demandas da vida cotidiana de forma positiva, apesar das adversidades que enfrenta ao longo de seu ciclo vital de desenvolvimento, resultando na combinação entre os atributos do indivíduo e de seu ambiente familiar, social e cultural. Trata-se de um conceito que comporta um potencial valioso em termos de prevenção e promoção da saúde das populações mas ainda permeado de incertezas e controvérsias. A metodologia utilizada na investigação deste trabalho foi a referência bibliográfica, buscando identificar e classificar as temáticas relacionadas à resiliência e conjugalidade nos últimos dez anos. Foram feitas leituras comparadas sobre 8 (oito) trabalhos científicos encontrados aleatoriamente na ferramenta base de dados da Biblioteca Virtual. Nas investigações realizadas sobre o tema as questões apresentadas versam sobre o modo pós-moderno de se relacionar que traz implícito em sua dinâmica o embate entre a individualidade e a conjugalidade. Conclui-se que não existem artigos publicados sobre o tema resiliência e conjugalidade. A resiliência é um tema novo por isso poucos são os artigos encontrados, mas enquanto a conjugalidade este é encontrado com mais facilidade.

Palavras-chave: Conjugalidade, Resiliência, Desenvolvimento Humano.

Modalidade: TEMA LIVRE

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa teve como proposta central investigar a resiliência na conjugalidade, ou seja, quais os fatores de proteção com os quais contam os casais a seu favor na superação das crises. Utilizou-se como metodologia o levantamento bibliográfico sobre o assunto. Para tal é necessário identificar os desafios pelos quais passam os casais ao longo de seu ciclo vital, verificando a partir de uma análise da inserção ecológica as variáveis dos contextos, recursos pessoais, processo e tempo aos quais os casais estão inseridos e como todos interagem entre si como produtores do desenvolvimento humano destes.

Analisar a conjugalidade é poder pensar desde uma perspectiva histórica de como as uniões aconteciam antigamente, onde os parceiros eram escolhidos não pelos envolvidos, mas, pelas famílias de origem de acordo com múltiplos interesses e sem nenhuma perspectiva de sentimentos ou ruptura desta situação. Com o passar do tempo, fatores como a independência da mulher, somada as questões de ordem socioeconômicas, descobertas científicas etc. foram surgindo e a prevalência dos sentimentos como motor da conjugalidade rouba a cena e passa a ser a razão pela qual a conjugalidade passa a existir. O que significou que sobre esta mesma conjugalidade passaram a ser depositadas várias expectativas pessoais de completude e atendimento a níveis de realização que quando não atendidas são descartadas em buscas de novos pares que o preencham. Surgindo na pós-modernidade o grande paradigma das individualidades versus a conjugalidade.

Muitas são as teorias que ao longo do tempo serviram de suporte para a compreensão sobre o tema sendo as mais reconhecidas pelas pesquisas a Teoria do Apego, que valoriza as primeiras relações do bebê como base para as demais relações; a Teoria da crise que foca mais no modo como os casais superam as crises; a Teoria da Troca Social que analisa a superação do obstáculo, mas também as recompensas e por último a Teoria Interacionista que foca nos Sistemas da família. Enfim, o que todas têm em comum e para onde também convergem as pesquisas nessa área é o fato de sempre incluir em suas análises os contextos, dos recursos e os processos adaptativos.

O conceito de resiliência foi sendo alterado ao longo do tempo e sofrendo evoluções. Inicialmente pensado como característica inata que acompanhava a pessoa por toda sua vida tornando-a invulnerável.

O objetivo foi buscar artigos e teses publicados nos últimos 10 anos sob o descritor “resiliência e conjugalidade“, a fim de verificar temas que se apresentam relacionados ao mesmo e o que se concluiu através destes. Na grande maioria dos títulos não foi possível identificar os temas relacionados. Nos artigos em que a classificação era duvidosa realizou-se a leitura dos resumos, visto que a natureza do tema pesquisado tem várias interfaces.

## **DESENVOLVIMENTO**

As recentes mudanças instauradas nos últimos tempos em partes com as transformações tecnológicas e em partes pelas necessidades advindas de novas demandas do mundo pós-moderno que trouxeram profundas mudanças ao processo de conjugalidade, novas respostas e novos modos de operacionalização foram sendo estabelecidos. Dentre elas, podemos citar o que as pesquisas na área apontam como mais frequente que são: a conjugalidade acontecendo cada vez mais tardiamente, o reduzido número de filhos, a supervalorização da paixão como principal força propulsora na manutenção dos vínculos, a idealização dos sentimentos, a apologia à individualidade, as alterações na Lei do divórcio, a emancipação da mulher, controle de reprodução, a longevidade e tantos outros, que com seu efeito vêm tornando as relações descartáveis trazendo muitas indefinições nos caminhos a serem escolhido.

Observa-se de um modo geral que com novas indagações surgem novos paradigmas de como lidar com tudo isto de modo relativamente rápido, sem perder o foco daquilo que verdadeiramente é importante para o processo do desenvolvimento humano (DIEHEL, 2002).

Nesta pesquisa conjugalidade se define:

Um neologismo da palavra conjugar, que dá a ideia de união, de ligação entre duas pessoas, sem necessariamente a existência de um contrato formal entre elas. O surgimento de neologismos como conjugalidade se deve, em partes, às amplas e profundas transformações sociais e culturais pelas quais vem passando a família na atualidade (DIEHEL 2002. p.138).

Falar de conjugalidade é necessariamente falar de gênero e do modo como esta foi sendo redefinida pelas questões econômicas, históricas e políticas.

O movimento feminista, desencadeado nos E.U.A e alguns países da Europa teve início no Brasil no final dos anos 70 e início dos 80 (período que coincide com o processo de redemocratização do país) [...] E o movimento

feminista, ao discutir o feminino, conseqüentemente ,acabou por rediscutir o masculino (JORNAL O GLOBO, 2004 p. 17).

O que se constata na literatura pesquisada é que a conjugalidade só se mantém enquanto responde a estes anseios narcísicos, de que os cônjuges sejam exatamente como se deseja, implicando isto em esperar dos parceiros (as) a completude (que não existe), o que abre espaço para a frustração e para as separações ao verificar que os parceiros (as) não podem ocupar este lugar idealizado.

Falar das transformações que a conjugalidade vem atravessando é necessariamente entender as mudanças do casamento no Brasil e nelas o papel da mulher. Biasoli Alves (2000) nos esclarece sobre as motivações para o casamento no século passado, onde nas duas primeiras décadas eram as famílias de origem que decidiam quando e com quem as filhas se casariam. Já nos anos 30 e 40, as mulheres tinham escolhas, mas precisavam passar pelo crivo do que os pais consideravam um bom casamento. Só nos anos 50 e 60, os pares passam a ter direito de se conhecer fora do domínio da família de origem surgindo um movimento inverso onde cabe aos pais aceitarem a escolha dos filhos.

Já com relação à parte legal dos casamentos, Berquó (1998) informa que na época do Império o que determinava o vínculo conjugal era o vínculo religioso, católico e indissolúvel e a partir de 1870, deu-se a organização do registro civil documentado tendo a igreja que informar ao Estado todos os registros matrimoniais. Foi somente no ano de 1890 que se deu a criação da lei do casamento civil, passando a se desvincular totalmente do religioso e ganhou status de validade família e civil. Só mais de meio século depois, em 1942, no artigo 315 do Código Civil é que se estabeleceu o desquite, onde se separavam os bens com a quebra do vínculo matrimonial. E em 1977 com a instituição do divórcio, que se permitiu aos então divorciados, contraírem novo matrimônio e com estes, surgiram inúmeros recasamentos e novas formas de conceber a conjugalidade, surgidas da necessidade de se responder as emergências sociais, sendo uma das mudanças o fato das famílias serem mais nucleares e pelo papel da mulher que vem crescendo no interior desta família. Embora o número de casamentos seja significativo no Brasil, as uniões informais ganharam grande espaço. A união consensual surge como uma alternativa de experimentar a vivência conjugal sem maiores comprometimentos; sendo a questão em geral o surgimento de novas formas de conjugalidade como resposta às necessidades pessoais, sociais e econômicas. Hoje os casais optam por 1 ou 2 filhos pelas dificuldades econômicas que implicam os custos de cuidar de um filho com escola, saúde etc.

O que se observa pela prática clínica e se confirmam pelas pesquisas é que a conjugalidade não deixou de ser uma fonte de felicidade para o homem moderno mas que:

Os indivíduos tem se divorciado, não por considerarem o casamento menos importante, mas, justamente porque sua importância é tão grande que eles não aceitam que a vida conjugal não corresponda as suas expectativas. Com o aumento das separações, crescem também em número e em diversidade, as novas configurações familiares (Féres-Carneiro, 2002, p. 14).

O conceito de resiliência foi sendo alterado ao longo do tempo e sofrendo evoluções. Inicialmente pensado como característica inata que acompanhava a pessoa por toda sua vida tornando-a invulnerável. Depois sob a influência da Teoria Cognitivo-Comportamental adquiriu o foco de aprendizagem, onde pela vivência há um fortalecimento e aprender-se-ia a ser mais resiliente, e finalmente uma terceira perspectiva mais interacionista. (BARLACH, 2005). O termo resiliência é entendido com “propriedade pela qual a energia armazenada em um corpo deformado é devolvida quando cessa tensão, causadora dessa deformação elástica” (DICIONÁRIO AURÉLIO, 1999), que transpostos para a ciência da saúde, foi relacionado à competência humana de adaptação e flexibilidade.

A resiliência no âmbito familiar, considerando [...] em sua totalidade, submetida a desafios próprios do ciclo vital e a outros inesperados. É um processo de adaptação aos eventos estressores que ultrapassa o simples ajustamento, pois envolve a mudança de crenças e de visão do mundo. [...] este processo passa pelos recursos internos da família e os externos da comunidade, levando-se em conta ainda o fator espiritual. (THOMPSON e McCUBBIM, 1996 apud SOUZA E CERVENY p. 119)

O que é fundamental na percepção da evolução do conceito é que deixa de ser considerado como um atributo do intrapsíquico, mas que se relaciona com outras redes de apoio sociais aos quais o indivíduo pertença.

Situações históricas como guerras, conflitos sociais ou qualquer vivência de crise do próprio desenvolvimento humano implicam em desafios e em um nível de resiliência. Para os casais, quesitos como flexibilidade, boa autoestima, tolerância, capacidade de suportar frustração vem sendo apontados como fatores de proteção ao vínculo. E finalmente como isto irá contribuir para o desenvolvimento destes considerando que:

O desenvolvimento humano por sua vez é um conceito extremamente amplo que pode ser definido como todo o progresso alcançado por uma pessoa em toda e qualquer área de sua vida e em qualquer dos aspectos biológicos, psíquicos, sociais e históricos, é compreender o homem em todos os seus aspectos, englobando desde o nascimento até a morte. (DESSEN et al, 2007 p. 381)

A compreensão deste desenvolvimento trouxe a criação de várias teorias que procuram reconstituir; a partir de diferentes metodologias a várias, produções e representações de mundo e de suas vinculações com o momento histórico da sociedade. Para a análise do desenvolvimento com suas múltiplas facetas a Teoria da Inserção Ecológica de Urie Bronfenbrenner permite abarcar o fenômeno da conjugalidade em todas as suas dimensões, pois:

O entendimento do desenvolvimento humano exige mais do que a observação direta do comportamento por parte de uma ou mais duas pessoas no mesmo local; ele requer o exame de sistemas de interação de múltiplas pessoas, não limitado a um único ambiente, e deve levar em conta aspectos do meio ambiente além da situação imediata que contém o sujeito (Bronfenbrenner, 1996, p.18)

Pensar a resiliência na conjugalidade é pensar de modo interdisciplinar todos os vieses: sociais, afetivos, históricos e econômicos que perpassam estes casais e nos novos arranjos pelos quais eles vão respondendo a estas demandas modificando a realidade e sendo modificados por esta.

Por isto estudar como alguns casais lidam com as suas dificuldades, retirando deste crescimento pessoal e conjugal é a proposta central desta pesquisa. Acredita-se que ao conhecer as dificuldades e as razões pelas quais elas surgem assim como os recursos de proteção usados pelos casais pesquisados possa este trabalho contribuir somando-se as pesquisas já existentes sobre o assunto com o foco não nas dificuldades em que concentram a maioria das investigações, mas sim, nas suas estratégias de superação.

Numa hipótese de dilaceramento de uma desmalhagem dos continentes psíquicos individuais, familiares e comunitários e a reparação como um trabalho de remalhagem dos laços. O paradigma da violência é visto aqui como o ataque contra o humano pela arma da humilhação. Explicita-se aqui neste sentido, a noção de resiliência familiar numa perspectiva psicanalítica do laço e numa abordagem ética do laço conjugal.

A noção da resiliência familiar propriamente dita é aquela que concerne aos recursos do grupo familiar por ele mesmo em conjunto e aos dos membros que o constituem. Ela é objeto de uma pesquisa específica enriquecida pela experiência e pela reflexão teórico-clínica no campo das terapias familiares.

Definimos a resiliência familiar como a capacidade de malhagem dos laços psíquicos. Dito de outro modo, a capacidade de desmalhar e remalhar, de desconstruir e reconstruir o laço, entendido como laço psíquico de filiação e afiliação. O primeiro nos liga, no nível genealógico, a nossos ascendentes e nossos descendentes, o segundo nos define horizontalmente enquanto sujeitos com nossos pertencimentos.

Para demonstrar a temática pesquisada foram encontrados 8 artigos em bases de dados diversos, sendo na Scielo apenas 2, e os restantes em sites não considerados pela Banco Virtual de Saúde (BVS). Como mostra a tabela abaixo.

Tabela 1: Número total de publicações sobre resiliência e conjugalidade dividido por temática

<b>TEMAS</b>	<b>SciELO</b>	<b>Psicologia Clínica</b>	<b>Psicologia em Estudo</b>	<b>Psicologia.PT</b>	<b>TOTAL</b>
Resiliência familiar e conjugal	00	03	00	00	03
Psicologia e Resiliência	00	00	01	00	01
Práticas educativas na família	00	00	00	03	03
Resiliência e Família	01	00	00	00	01
				<b>TOTAL GERAL</b>	<b>08</b>

Observou-se que no estudo do relacionamento pais-filhos no contexto das transições familiares relacionadas à separação ou divórcio, focou as reações, as experiências, as concepções, os sentimentos dos filhos. Ser pai ou ser mãe caracteriza-se pela vivência de um período de incertezas e desafios, envolvendo a necessidade de acesso a novos recursos e a flexibilidade para lidar com o imprevisível. A coparentalidade, compreendida como os aspectos que se referem aos cuidados com as crianças (Van EGEREN & HAWKINS, 2004) citados por Prati e Koller (2011), exige negociações e alterações no relacionamento conjugal. Esses movimentos se fazem cada vez mais presentes na prática clínica com adultos. Entre os aspectos que podem surgir no trabalho terapêutico em famílias e na coparentalidade, salientam-se o relacionamento com as famílias de origem, o aumento de interesses ou possibilidades profissionais dos cônjuges e os aspectos subjetivos acionados com a vivência da parentalidade.

O adolescente tem mais condições de aceitar e perceber o divórcio de seus pais de uma forma mais objetiva. No entanto, a compreensão mais realista da situação não impede o surgimento de ressentimentos e, conseqüentemente, de sintomas. Como escreve Souza (2000) citado por Hack e Ramires (2010), os adolescentes percebem muitas vezes o divórcio como uma boa solução para a família, mas, por outro lado, alguns relatam sentir solidão, isolamento ou incapacidade de buscar fontes de apoio.

A construção do laço de aliança conjugal é uma forma de remalhagem recíproca dos continentes familiares das famílias de origem de cada cônjuge. Na medida em que a malha é tecida sobre uma trama que une laço de filiação e laço de afiliação, a construção de um laço afiliativo permite gerar uma abertura do continente genealógico secundário para uma dor do laço de filiação. Esta é a função da malhagem afiliativa terapêutica. A teoria da malhagem genealógica abre perspectivas de recursos evolutivos constantes em situações em que outros poderiam se decidir pela fatalidade de um destino inexorável. Na clínica, nos interrogamos sobre os dispositivos necessários para poder trabalhar a capacidade familiar. Uma prática psicoterapêutica unicamente individual nos conduz a evoluções clínicas limitadas, pois foram precisamente os limites dos cuidados que concernem ao traumatismo, às adições e à psicose que nos levaram a inventar novos dispositivos de trabalho psíquico graças aos dispositivos de acolhimento e de cuidados grupais, familiares e institucionais (BENGBOZI, MARQUES, 2005).

Segundo Minuchin (1982) citado por Flach, Lobo e Potter (2012) uma família é um sistema que opera através de padrões transacionais que regulam o comportamento dos membros que a constituem e esses padrões são mantidos por dois sistemas de repressão. O primeiro sistema de repressão seria mais genérico, com regras universais que orientam a organização familiar, como a existência de uma hierarquia de poder que indique uma clara diferença entre a autoridade entre pais e filhos. O segundo sistema de repressão envolveria as expectativas mútuas dos componentes da família, que foram sendo construídos através de anos de negociações explícitas e implícitas nos pequenos acontecimentos cotidianos da família. Assim, frente à repetição dos atos, muitas vezes os contratos originais são até mesmo esquecidos, podendo nem ter sido explicitados. Porém, os padrões permanecem ativos, por uma acomodação mútua e principalmente pela eficácia funcional.

É importante considerar os aspectos históricos que têm organizado as funções familiares ao longo do tempo, para avaliar e intervir na otimização dos recursos que cada família apresenta para enfrentar suas crises. Não se pode pressupor um modelo ideal, igualitário e equilibrado (WAGNER, PREDBON, MOSMANN e VERZA, 2005) citado por Flach, Lobo e Potter (2012). Hoje em dia, existem muitos pontos que mostram a complexidade do assunto: são múltiplos fatores que devem ser levados em conta, como a história da família, o tipo de funcionamento familiar, a integração da família na comunidade (MONTANDON, 2005) citado por Flach, Lobo e Potter (2012). Para compreender



melhor o sentido das práticas educativas é necessário considerar o meio social, a cultura à qual as famílias pertencem. Além disso, todas as famílias passam por períodos estáveis, outros de reorganização ou de crise e as interações dentro da família modificam-se. Também não se pode ignorar vários acontecimentos, como desemprego, doença, acidentes, nascimento de uma criança deficiente, pois tais eventos produzem transformações nas relações, reestruturações, e mudanças nas práticas educativas também (MONTANDON, 2005) citado por Flach, Lobo e Potter (2012).

Do ponto de vista biológico, a maternidade e a paternidade referem-se à condição ou qualidade de ser pai e mãe, isto é, à capacidade biológica de reproduzir. O aspecto biológico (a junção do espermatozóide com um óvulo e a sua gestação) é, contudo, apenas uma dimensão da parentalidade (SANTOS e SANTOS, 1996) citado por Lourenço (2010). Não obstante, esta não é a condição primordial para os homens e as mulheres se tornarem pais ou mães de crianças que não possuem o seu material genético. O conceito de maternidade está intimamente associado à gravidez e à educação dos filhos (CANAVARRO, 2001) citado por Lourenço (2010), mas não é a única verdade absoluta. Ao longo da gravidez, "processo que corresponde a um período, que medeia a concepção e o parto, de cerca de 40 semanas" (CANAVARRO, 2001, p. 19), citado por Lourenço (2010), a mãe, além das transformações por que o próprio corpo passa, vivencia esta fase de forma muito pessoal. Neste aspecto, o homem irá acompanhando todo o processo da gravidez como um observador e companheiro, uma vez cumprido o seu papel inicial.

Atualmente, pode considerar-se que a maternidade é uma opção. Pode dever-se aos vários "métodos anticoncepcionais, exigências pessoais e profissionais, flexibilidade dos valores sobre a sexualidade e as relações íntimas" (CANAVARRO, 2001, p. 19) citado por Lourenço (2010). A saída da casa dos pais é, também, mais tardia e, naturalmente, a constituição de uma nova família também ela será mais tarde, entre muitos outros aspectos (CARTER e MCGOLDRICK, 2001; RELVAS, 1996; SCABINI, 1989) citado por Lourenço (2010). Do mesmo modo, a paternidade também pode ser considerada como uma opção. Embora a literatura científica seja escassa neste aspecto, considero que a ideia de uma "nova paternidade" começa a evidenciar-se. Daí a necessidade de redefinir o lugar do homem na família e na sociedade contemporânea. Esta nova concepção fica a dever-se ao facto do papel do homem na sociedade estar a transformar-se. É, também, extremamente importante que a sociedade compreenda que "a maternidade, e tudo o que tem a ver com o seu exercício, não diz apenas respeito às

mulheres, mas também aos homens, e também à sociedade” (SILVA, 1992) citado por Lourenço (2010).

Para o autor, é justamente esse caráter relativo que faz com que o fenômeno seja observado em algumas circunstâncias, mas em outras não, dependendo da etapa do ciclo vital na qual o sujeito se encontra quando enfrenta a adversidade e do domínio examinado no estudo. Pela mesma razão, fica excluída a possibilidade de se pensar a resiliência como um constructo universal aplicável a todas as áreas do funcionamento humano, pois se as circunstâncias mudam, a resposta da pessoa também pode ser modificada. Ressalta, ainda, que esta “capacidade” para superar as adversidades inclui desde a habilidade da pessoa para lidar com as mudanças que acontecem em sua vida, sua confiança na própria auto eficácia, até o repertório de estratégias e habilidades de que dispõe para enfrentar os problemas com os quais se depara (NORONHA, CARDOSO, MORAES e CENTA, 2009).

A concepção da resiliência como a capacidade de recuperar o padrão de funcionamento após experienciar uma situação adversa, sem que, no entanto, deixe de ser atingido por ela, é feita por Garmezy. Em seus estudos, a ênfase na capacidade do sujeito para retomar os padrões de comportamento habituais que possuía antes de vivenciar a adversidade pressupõe que ela funcionava relativamente bem ao se deparar com a situação negativa e somente a partir deste momento passa a ter dificuldades, mas que algo se produz, levando-a a recuperar sua forma (NORONHA, CARDOSO, MORAES e CENTA, 2009).

Segundo Seligman (2002) citado por Scorsolini-Comin e Santos (2010), a relação entre emoção positiva e emoção negativa não é de total oposição. Essa é uma das questões centrais da Psicologia Positiva e que ainda não foi suficientemente investigada. Como somos constituídos tanto por afetos positivos como negativos, Diener (1996) citado por Scorsolini-Comin e Santos (2010) destaca que eles não seriam opostos nem excludentes. No entanto, para uma pessoa ser feliz, é fundamental que os afetos positivos se sobreponham aos negativos. Pode-se afirmar que afetos positivos e negativos são negativa e significativamente correlacionados, corroborando a afirmação de Diener (1996) citado por Scorsolini-Comin e Santos (2010) e de outros pesquisadores contemporâneos bem estar, inclusive no Brasil (Albuquerque & Tróccoli, 2004) citado por Scorsolini-Comin e Santos (2010), ninguém apresenta nível nulo de afetos, quer sejam positivos ou negativos.

Nesse sentido, a terceira hipótese (correlação entre afetos positivos do bem estar e satisfação com a interação conjugal) não foi confirmada. Não encontramos aporte na literatura para fundamentar tal consideração. Pelos dados do estudo, pode-se pensar que os afetos negativos estariam relacionados ao modo como as pessoas estabelecem seus relacionamentos conjugais, mas que a satisfação conjugal não dependeria do nível de afetos negativos de um cônjuge ou da díade, mas do nível de afetos positivos. A avaliação da satisfação com a vida subjetiva e, como tal, reflete as expressões de cada pessoa quanto aos seus próprios critérios de satisfação com a vida como um todo e em domínios específicos, como saúde, trabalho, condições de moradia, relações sociais e outros. Assim, reflete o bem-estar individual, o modo e os motivos que levam as pessoas a viverem suas experiências de vida de maneira positiva (SCORSOLINI-COMIN e SANTOS, 2010).

O fato de a satisfação com a vida não estar correlacionada com quaisquer fatores da SC atesta que uma percepção positiva acerca da vida não está, necessariamente, associada a uma percepção igualmente positiva acerca do cônjuge, o que sugere a necessidade de considerarmos que a atitude em relação ao companheiro nem sempre é modificada se o indivíduo apresenta uma atitude positiva ou de prazer diante da vida.

Em Psicologia, o estudo do fenômeno da resiliência é relativamente recente. Vem sendo pesquisado há cerca de trinta anos, mas apenas nos últimos cinco anos os encontros internacionais têm trazido este construto para discussão.

Vários autores estrangeiros, principalmente dos Estados Unidos e do Reino Unido, têm desenvolvido pesquisas sobre resiliência. A maioria dos estudos tem por objetivo estudar a criança ou o adolescente numa perspectiva individualista, que foca traços e disposições pessoais. Por isso a dificuldade de encontrar estudos relacionados a resiliência e conjugalidade.

Segundo Rutter (1985, 1993), citado por Yunes (2003) um dos pioneiros no estudo da resiliência no campo da Psicologia, invulnerabilidade passa uma ideia de resistência absoluta ao estresse, de uma característica imutável, como se fôssemos intocáveis e sem limites para suportar o sofrimento.

Rutter (1993) citado por Yunes (2003) considera que invulnerabilidade passa somente a ideia de uma característica intrínseca do indivíduo, e as pesquisas mais recentes têm indicado que a resiliência ou resistência ao estresse é relativa, que suas bases são tanto constitucionais como ambientais, e que o grau de resistência não tem uma quantidade fixa, e sim, varia de acordo com as circunstâncias (RUTTER, 1985). Resiliência e

invulnerabilidade não são termos equivalentes, afirmam Zimmerman e Arunkumar (1994, p. 4 citado por YUNES, 2003). Segundo estes autores, resiliência refere-se a uma “habilidade de superar adversidades, o que não significa que o indivíduo saia da crise ileso, como implica o termo invulnerabilidade”.

A resiliência seria resultante da interação entre fatores genéticos e ambientais, os quais, também, oscilam em sua função, podendo atuar como proteção em certos momentos e, em outros, como fator de risco. O autor trata a resiliência como uma relativa “resistência” manifestada por algumas pessoas diante de situações consideradas potencialmente de risco psicossocial para seu funcionamento e desenvolvimento (NORONHA, CARDOSO, MORAES e CENTA, 2009).

## CONCLUSÃO

As famílias são sistemas viventes *sui generis* que se organizam e reorganizam ao longo de todo o seu ciclo vital, através de inter-relações com diversos níveis de complexidade, quer entre os seus membros, quer com as outras pessoas do exterior. É de referir que nesse processo organizativo e evolutivo, estas famílias operam através de padrões transacionais em comunhão e comunidade, capacitando-as para um saudável desenvolvimento e um funcionamento equilibrado, quer individual, quer familiar, ao longo das etapas constitutivas do seu ciclo vital.

Nessas inter-relações predominam, ou melhor devem predominar, o que nem sempre acontece infelizmente, laços afetivos de pertença, gratuidade, genuinidade, confidencialidade, solidariedade e gratuidade. Não obstante, as famílias adoptivas, pela situação específica, necessitam de se organizar harmoniosamente tanto ao nível inter e intraindividual, como ao nível inter e intra familiar.

Assim, estas famílias têm que adaptar e readaptar, organizar e reorganizar e negociar e renegociar o seu projeto de vida inicial como casal, consoante as reais necessidades que vão surgindo ao longo da vivencia dos momentos críticos subjacentes. Em cada vivencia transformacional, neste caso em particular, põe à prova estas famílias, no que concerne à identidade de casal, à responsabilidade, à coesão, à flexibilidade, à tolerância e a maturidade familiar. Muito embora podem, os mesmos, sair dela mais enriquecidos como pessoas e reforçados na sua relação como casal.

A parentalidade dos é confrontada, aquando da constatação de fertilidade vivenciada pelo casal. Esta condição acarreta consigo muitos momentos críticos de stress,

frustração, de sofrimento e de muita vulnerabilidade pessoal e do casal. Podem, inclusive, instalar-se no casal crises emocionais, psicológicas, relacionais e, até mesmo, modificações comportamentais, comprometendo, por vezes, o funcionamento futuro da relação conjugal. Mas quando o casal aceita esta sua condição constitui um grande passo, no sentido do ato de reconciliação perante essa adversidade que é a fertilidade. Assim, as famílias adotivas que vivenciaram e ultrapassaram este fato, terão uma melhor capacidade de vivenciar a verdadeira parentalidade a um nível mais profundo e complexo.

Logo, o nascimento da criança para a família é a concretização de um filho desejado e amado psicologicamente. Os pais em relação ao seu filho são a personalização de afeto, carinho, amor, dedicação, educação, disponibilidade para responder às necessidades básicas, entre muitos outros aspectos de igual importância. Tudo isto é muito mais do que o conteúdo genético que lhe deu origem, uma vez que uma criança reconhece os seus pais, pelas suas funções e pela relação que eles estabelecem com ela e não pela contribuição de cada um teve na sua concepção. Na realidade, será esta atenção dos dois por este outro, desde sempre filho que construirá a grande base de segurança da qual irá brotar um saudável desenvolvimento bio-psico-socio-emocional na criança adotada que resultará na sua autonomia futura.

A conjugalidade e satisfação conjugal, onde o que é definido como satisfação, está implicitamente ligado ao que é considerado importante para cada um dos envolvidos. Verifica-se assim que a preocupação com a conjugalidade está diretamente ligada ao alcance da mesma num campo social maior, no caso a família,

Um novo continente psíquico grupal se co-constroi na terapia, associando família e terapeutas. Esse novo continente alternativo pode, então, acolher um processo de transformação psíquica que estava anteriormente em pane. Isto supõe uma disponibilidade para esta criatividade, liberada de toda tentativa do terapeuta de dominar o processo de mudança. As competências elaborativas intersubjetivas familiares abrem a via de novas representações. Como se organizar para estar suficientemente disponível para a mobilização das resiliências familiares e comunitárias? Como, então, pensar o lugar do terapeuta enquanto co-constridor do espaço psíquico do continente grupal terapêutico?

Resiliência é um conceito complexo e amplo, focado em vários contextos e abordagens. Nesse sentido, compreendemos, juntamente com as considerações dos vários autores pesquisados, a resiliência como o conjunto de processos sociais e

intrapésquicos que possibilitam o desenvolvimento de uma vida sadia, mesmo vivendo em um ambiente não sadio. Esta resulta da combinação entre os atributos da pessoa e seu ambiente familiar, social e cultural. Deste modo, a resiliência não pode ser pensada como um atributo que nasce com o ser humano, nem que ele adquire durante seu desenvolvimento, mas sim como um processo interativo entre a pessoa e seu meio, considerado como uma variação individual em resposta ao risco, sendo que os mesmos fatores causadores de estresse podem ser experienciados de formas diferentes por pessoas diferentes, não sendo a resiliência um atributo fixo do sujeito/indivíduo.

Entende-se que a resiliência apresenta uma característica diferenciada, que pode ser utilizada pela área da saúde, que é o caráter de enfrentamento e construção positiva frente à adversidade, possibilitando que os indivíduos participem de uma vida ativa e participativa, com a capacidade de se transformar, tornando-se um sujeito crítico frente às condições que propiciaram o desenvolvimento da resiliência. Visto dessa forma, não se torna um ser passivo e conformado frente às adversidades encontradas, o que é diferente de uma adaptação pura e simples, que reproduz os interesses dominantes.

## REFERÊNCIAS

ABOIM, S. **Da pluralidade dos afetos: trajetórias e orientações amorosas nas conjugalidades contemporâneas.** *Rev. bras. Ci. Soc.*, Jun 2009, vol. 24, no.70, p.107-122 Disponível em

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010269092009000200007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269092009000200007&lng=pt&nrm=iso)> Acesso em 14/09/2012.

BARLACH, L. **O que é resiliência humana? Uma contribuição para a constituição do conceito** - Biblioteca Digital. USP. 2005

BAUMAN, Z. **Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos.** Rio de Janeiro: Zahar. 2005

BENGHOZI, P. Resiliência **familiar e conjugal numa perspectiva psicanalítica dos laços.** *Psicologia Clinica.* Vol. 17 nº 2 Rio de Janeiro, 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/pc/v17n2/v17n2a08.pdf>> Acesso em 14/09/2012.

BERQUÓ E. S. **Arranjos Familiares no Brasil**: Uma visão demográfica in: LILIAN SCHWARCZ (org). **Historia da vida privada no Brasil 4. Contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia da Letras, v. IV, 1998.

BIASOLI-ALVES, Z. M. M. Continuidades e Rupturas no papel da Mulher Brasileira no Século XX. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**- vol. 16 n.03 pp 233-239, 2000

BOWLBY, J. **Cuidados Maternos e Saúde Mental**. Editora WMF Martins Fontes, 2ª edição, 2006

BRONFENBRENNER, U. **A Ecologia do Desenvolvimento Humano**: Experimentos Naturais e Planejados. Porto Alegre: Editora - Artes Médicas. 1996

\_\_\_\_\_. **Bioecologia do Desenvolvimento humano**: tornando os seres humanos mais humanos. Porto Alegre: ArtMed, 2011.

CEZIMBRA, M. Desordem na família. In **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 23 mar. 2003, Jornal da Família, p.1.

CYRULNIK, B. **“O murmúrio dos Fantasmas”**. Editora Martins Fontes São Paulo: 1ª edição, 2005.

DESSEN, M. A. & JUNIOR, A. L. C. **A ciência do Desenvolvimento Humano Tendências Atuais e Perspectivas Futuras** - Editora Artmed. 2008

DICIONÁRIO AURÉLIO eletrônico; século XXI. Rio de Janeiro, Nova Fronteira e Lexicon Informática, 1999, CD-rom, versão 3.0.

DIEHEL, J. A. & WAGNER, A. **A família em cena**. Petrópolis: Vozes, 2002.

FABELA, S. A vida toda para aprender. **Psicologia.pt**, 2006. Disponível em <[http://www.psicologia.pt/artigos/ver\\_artigo.php?codigo=A0321](http://www.psicologia.pt/artigos/ver_artigo.php?codigo=A0321)> Acesso em 14/09/2012.

FLACH, K.; LOBO, B. O. M.; POTTER, J. R. As práticas educativas na família e a importância da presença parental. **Psicologia.pt**, 2012. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v8nspe/v8nesa07.pdf>> Acesso em 14/09/2012.

FUJIOKA, T. R. **Solidão na Relação Conjugal: Um Estudo Fenomenológico**. Dissertação de Mestrado não publicada em Psicologia (Universidade Católica de Goiás), 2009.

HACK, S. M. P. K.; RAMIRES, V. R. R. Adolescência e divórcio parental: continuidades e rupturas dos relacionamentos. **Psic. Clin.** Rio de Janeiro, 2010, vol. 22, n. 1, p. 85-97. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/pc/v22n1/a06v22n1.pdf>> Acesso em 14/09/2012.

HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós- Modernidade**, DP & A Editora: 11 ed Rio de Janeiro, 2006.

KOLLER, S. H. & NARVAZ, M. G O Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano. Citado em A Marginalização dos estudos Feminista e de Gênero na Psicologia Acadêmica Contemporânea. **Revista Psicologia**, 2007, vol. 38, n. 3, pp 216-223.

KOLLER, Silvia H. Org. **Conversando com Bronfenbrenner Ecologia do Desenvolvimento Humano**. Universidade Federal do RG do Sul, 2004.

LOURENÇO, E. M. L. M. A família adotiva, uma tela pintada com uma nova cor: pressupostos relacionais e psicológicos da adoção. **Psicologia.pt**, 2007. Disponível em < Acesso em 14/09/2012.

NORONHA, M. G. R. C. S.; CARDOSO, P. S.; MORAES, T. N. P.; CENTRA, M. L. Resiliência: nova perspectiva na promoção social. **Ciência e Saúde Coletiva**, 2009, vol, 14, n. 2, p. 497-506. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/csc/v14n2/a18v14n2.pdf> Acesso em 14/09/2012.



PRATI, L. E.; KOLLER, S. H. Relacionamento conjugal e transição para a coparentalidade: perspectiva da psicologia positiva. **Psic. Clin.** Rio de Janeiro, 2011, vol, 23, n. 1, p. 103-118. Disponível em < > Acesso em 14/09/2012.

SCORSOLINI-COMIN, F.; SANTOS, M. A. Relações entre bem-estar subjetivo e satisfação conjugal na abordagem da psicologia positiva. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 2012, vol, 24, n. 4, p. 658-665. Disponível em <<http://www.scielo.br/puc>> Acesso em 14/09/2012.

YUNES, M. A. M. Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família. **Psicologia em Estudo**, Maringá, 2003, vol., 8, número especial, p. 75-84. Disponível em <